

**ESPAÇOS
ECONÓMICOS
E ESPAÇOS
DE SEGURANÇA**



Luís Moita
Luís Valença Pinto
(coordenação)



**ESPAÇOS
ECONÓMICOS
E ESPAÇOS
DE SEGURANÇA**



Luis Moita
Luis Valença Pinto
(coordenação)



Índice

- PREFÁCIO** — *Luis Moita e Luis Valença Pinto*
- INTERNATIONAL REGIMES AS AN ANALYTICAL TOOL**
— *Isabel Ferreira Nunes*
- INTEGRACIÓN, ECONOMÍA Y SEGURIDAD: UNA REVISIÓN CRÍTICA DE SU CONSTRUCCIÓN Y LÍMITES** — *Paloma García-Picazo*
- IL RIFIUTO DELLA GUERRA NELLE COSTITUZIONI POSTBELLICHE DI GIAPPONE, ITALIA E GERMANIA** — *Mario G. Losano*
- A SOBERANIA NO SÉCULO XXI** — *Patrícia Galvão Teles*
- (IN)SEGURANÇA NUM MUNDO POLICÊNTRICO**
— *Alvaro de lasconcelos e Maria João Seabra*
- A GLOBALIZAÇÃO ENVOLVE UMA DIMENSÃO DE SEGURANÇA? O CRIME E POLÍCIAMENTO TRANSNACIONAL.**
— *Priscila Villela Frascino e Helena Salim de Castro*
- OS MARES COMO ESPAÇOS ECONÓMICOS E DE SEGURANÇA**
— *Jaime Ferreira da Silva*
- A SEGURANÇA DOS PONTOS DE ARTICULAÇÃO ESTRATÉGICA**
— *Carlos Branco*
- RICOSTTUIRE LA COESIONE E LA CENTRALITÀ MEDITERRANEE: IL TENTATIVO ITALIANO PER UN MEDITERRANEO ALLARGATO**
— *Matteo Marconi e Enrico Mariutti*
- EL ESPACIO DE SEGURIDAD DE LA FEDERACIÓN DE RUSIA: INTERESES ESTRATÉGICOS Y ECONÓMICOS**
— *Rafael Calduch Carrera*

Título
Espaços económicos e espaços de segurança

Coordenação
Luis Moita e Luis Valença Pinto

Edição
Madalena Romão Mira e Paula Pereira

Design
Inês Rosário e Rita Romeiras

Impressão ACD Print

ISBN 978 989 8191-77-9

e-ISBN 978 989 8191-82-3

Depósito Legal 426352/17

Nota: Foi repetida a diversidade de escrita dos autores, tanto quanto à língua original utilizada, como quanto ao sistema de referênciação bibliográfica escolhido e quanto aos acordos ortográficos seguidos

© OBSERVARE e Universidade Autónoma de Lisboa

MOITA, LUIS; PINTO, LUIS VALENÇA (Coord.) (2017). **ESPAÇOS ECONÓMICOS E ESPAÇOS DE SEGURANÇA**. Lisboa: UAL, OBSERVARE. Disponível em <http://hdl.handle.net/11144/3037>.
ISBN 978 989 8191-73-1
e-ISBN 978 989 8191-79-3
Economia, segurança
CDU 31
35

UCRAINA: ESISTE UNO SPAZIO ECONOMICO, ESISTE UN POPOLO?
— *Eduardo Boria e Daniele Scala* 255

ÁFRICA NAS ESTRATÉGIAS NORTE-AMERICANA E FRANCESA
— *Fernando Jorge Cardoso* 277

ÁSIA-PACÍFICO: ESPAÇO REGIONAL? ECONOMICO E DE SEGURANÇA?
— *Luis Tomé* 303

NOVAS DINÂMICAS GEOPOLÍTICAS E DE SEGURANÇA
NO GOLFO PÉRSICO: A ASCENSÃO DA ARÁBIA SAUDITA
E DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS
— *Vânia Carvalho Pinto e Luiza Gimenez Cerroli* 327

PERCEÇÕES DE (IN)SEGURANÇA E A COMPETIÇÃO GEOESTRATÉGICA
SINO-INDIANA NA REGIÃO DO OCEANO ÍNDICO
— *Alexandre Carriço e Constantino Xavier* 347

O SISTEMA DE PAZ E SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: ASPIRAÇÕES
E EVOLUÇÃO — *Marcus Kowalski* 389

SENTIDO E DILEMAS DOS BRICS NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO
PARADIGMA MUNDIAL
— *Silvério da Rocha-Cunha e Marco António Baptista Martins* 421

BRAZIL'S INTERNATIONAL INSERTION IN THE MILITARY ASPECT,
DEFENSE AND INTERNATIONAL SECURITY: THE BRAZILIAN
MINISTRY OF DEFENSE, ITS ARMED FORCES IN UN PEACEKEEPING
OPERATIONS AND THE CASE OF HAITI
— *João Fernando Finazzi e Rodrigo Augusto Duarte Amaral* 435

DA PESCA À COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA: CONTRIBUTOS
PARA O ESPAÇO DE SEGURANÇA EUROPEU — *Ana Paula Brandão*

UNIÃO EURO-ASIÁTICA E POLÍTICA EXTERNA RUSSA: QUE PEÇA
NO PUZZLE DA INTEGRAÇÃO REGIONAL? — *Maria Raquel Freire*

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL PRIMACY OVER MILITARY
INTERVENTIONS IN AFRICA AND THE AFRICAN PEACE
AND SECURITY ARCHITECTURE — *Ricardo Real P. Sousa*

AS NOVAS DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
E DA SEGURANÇA NO ESPAÇO DA IGAD
— *Luis Bernardino e Luis Valença Pinto*

LA SEGURIDAD EN LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL
LATINOAMERICANA — *Heriberto Carou e Jerónimo Rios Sierra*

ÁREAS PROTEGIDAS TRANSFRONTEIRIÇAS: CONFLUÊNCIA
ENTRE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
— *Brigida Brito*

RECURSOS ENERGÉTICOS FÓSSEIS E SEGURANÇA:
OS CASOS BRASILEIRO E ARGENTINO — *Filipe Iasconcelos Romão*

WATER SECURITY: FURTHERING PEACEFUL CO-EXISTENCE
OF PEOPLE AND SOCIETIES
— *Catarina de Albuquerque, Alice Bouman-Dantener e Josefina Maestu*

A INTERNET COMO ESPAÇO ECONÓMICO E DE SEGURANÇA
— *Alexandre de Sousa Carvalho e Sofia José Santos*

A CRISE GLOBAL DO AMBIENTE NO CRUZAMENTO DA GEOPOLÍTICA
E DA GEOECONOMIA — *Iriato Soromenho-Alarques*

Sentido e dilemas dos BRICS na construção de um novo paradigma mundial

SILVÉRIO DA ROCHA-CUNHA

Doutor em Teoria Jurídico-Política. Professor Associado da Escola de Ciências da Universidade de Évora. Membro integrado do Centro de Investimentos em Ciência Política (rede FCT). Última obra: *Crítica da Razão Simplificadora. E sobre poder e cidadania numa era de compressão*, Ribeira, Ed. Húmus, 2015.

MARCO ANTÓNIO BAPTISTA MARTINS

Professor Auxiliar da Universidade de Évora. Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. As suas áreas de pesquisa de investigação são, entre outras, os BRICS, a ordem mundial e a segurança internacional. Das suas inúmeras publicações destacam-se: Rocha-Cunha, Si & Martins, Marco, Paz difícil e política frágil na desordem mundial, in *F & Martins, Marco, Paz e Guerra nas Relações Internacionais*, Ed. Húmus, 2015, pp. 141-156. TIME FOR RENEWAL: THE 1 AND THE GOALS OF POLITICAL LEADERSHIP, *International Journal of Sciences*, CD-ROM. ISSN: 1944-6934, 08(05): 459-466 (2015). Challenges Application of Smart Power and Public Diplomacy in European Union – *Republic of China Relations International Journal of Arts & Sciences* ISSN: 1944-07(04):107-118 (2014).

Sentido e dilemas dos BRICS na construção de um novo paradigma mundial

1.

Na primeira semana de Abril de 2011, Jim O'Neill, da Goldman Sachs, presidente do acrónimo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) no longínquo e ano de 30 de Novembro de 2001, poucas semanas após os ataques Itrados em território norte-americano às duas Torres Gémeas, anunciou o Brasil, a Rússia, a Índia e a China passaram para uma nova categoria económico e nas relações internacionais.

Efetivamente, de *economias emergentes*, cujo número de habitantes, PIB e crescimento eram determinantes para pertencer à categoria de emergentes, assumiram um novo estatuto, o de *mercados de crescimento*. Anote-se que O'Neill pertence a um dos maiores grupos de investimento ao nível mundial ser necessário compreender o impacto do anúncio ou, por outras palavras, assimilar a dimensão da importância da alteração desse mesmo estatuto

2.

Contudo, o anúncio na arena internacional não deixou de causar um choque de âmbito do desassossego provocado pela leitura das palavras de Jim O'Neill referindo que o conceito de *mercados de crescimento* significa que, inicia

te, os quatro BRIC atingiram, não só o estatuto de potência, mas também que, na esfera económica, são de algum modo semelhantes às restantes economias ocidentais, sem taxas de crescimento de dois dígitos, incorrendo em riscos de vulnerabilidade face a possíveis crises financeiras locais de impacto global. Que significa isto? Que o mundo se encontra em transição paradigmática, ou, pelo contrário, se encontra em processo de reafirmação do paradigma vigente, caracterizado por uma ordem internacional liberal, ou seja, uma ordem na qual os Estados, enquanto atores das relações internacionais, se defrontam com uma realidade de incontestável interdependência global? Aparentemente, a economia acaba por, apesar de proclamar de viva voz a separação relativamente ao Estado, necessitar em tempos de crise do apoio das entidades soberanas, vista a sua incapacidade de operar à margem do apoio estatal, na medida em que, em regime de interdependência, o todo se encontra demasiado conectado para admitir isolacionismos anacrónicos. Com efeito, apesar da constante dialética entre as pulsões centrifugas e centripetas que todos os sistemas sociais experimentam relativamente ao exterior, é facto que a ordem internacional tem vindo progressivamente a entender-se como um sistema internacional que, pela densificação axiológico-normativa representada pelo crescente desenvolvimento do direito internacional, e não obstante uma relativa regressão que atualmente é vivida, tende a evidenciar laivos de comunidade internacional¹. E acresce que a era que atravessamos apresenta singulares características: Após a década de 90 do século XX pareceu possível uma reorganização do sistema internacional. Mas nada disso aconteceu.

De facto, pode dizer-se que continuamos a viver sob a égide de instituições criadas para o modelo do Sistema Internacional Mundial (1945-89), contadas algumas exceções (como o Tribunal Penal Internacional, por exemplo), bem como sob a sombra de grandes temas e eixos problemáticos que foram formalmente assumidos nesse período. Lembremos a oposição Leste/Oeste, a fratura Norte/Sul, a regulação, mediante tratados multilaterais, do espaço e dos oceanos, etc. Mas, na verdade, embora numa transição sem uma “grande guerra” semelhante aos conflitos que assinalaram as transições paradigmáticas anteriores, verificou-se uma evolução rápida de conflitos (Iraque, ex-Jugoslávia, Kosovo, 11 de setembro de 2001, Afeganistão, segunda intervenção no Iraque, intervenção na Líbia), mantendo-se quase todos os grandes problemas que assolam estruturalmente a maior parte do

globo, nomeadamente em África. Este panorama, em parte confuso, parte opaco, veio provar que o equilíbrio adquirido não era verdadeiramente sólido no que tocava aos seus próprios pressupostos, porquanto as situações criadas mostraram que faltavam ferramentas teóricas suficientes para uma efetiva compreensão do mundo, antes sendo mais visíveis as tradições ideológicas do Ocidente, na medida em que o seu universo foi caindo à medida em que se alargou a disjunção entre a economia e a sociedade-mundo². Na realidade, o mundo atravessa, hoje, um espécie de fratura: de um lado, uma economia-mundo, na qual agem instituições (como a OMC), grupos informais (Fórum de Davos), a forças transnacionais de cariz económico-financeiro que agem politicamente sobre as entidades políticas tradicionais (maxime os Estados), seguindo a lógica de poder própria que é paralela ao conceito liberal-institucional político, pondo em causa a visão política do liberalismo, parecendo de à célebre afirmação do polémico pensador político Carl Schmitt ao zar o seu espírito: “Declaração ética e realismo materialista e económico do outro lado, porém, emergiu uma sociedade-mundo, compostas por organizações internacionais (como, por exemplo, as ONGs), movimentos políticos e sociais, espaços públicos de debate público internacional aspiram a uma visão global do mundo anti-hegémica, que em algum pretendem consagrar uma nova teoria que põe em causa a apropriação bens da Terra, tendencialmente considerando cada um destes bens *nullius*, a que se juntam grupos e/ou povos que abertamente contestam a distribuição de poder vigente. Deste confronto, cada vez mais denascem forçosamente novas correlações de força e influências.

Os BRICS inserem-se nestas novas oportunidades de criação de espaços práticos e recente e parte de momentos diferentes de desenvolvimento tecnológico e humano³, mas em todo o caso introduzem uma nova dinâmica de equilíbrio relativamente à potência hegemónica norte-americana, na para esse novo ponto de equilíbrio as suas contradições internas e regionais, com isso redimensionando a incerteza e a atual incapacidade previsibilidade.

¹ Wallerstein, I., *Comprendre le monde. Introduction à l'analyse des systèmes monde*, tr., Paris, La Découverte, 2009.

² Schmitt, C., *La Notion de Politique et Théorie du Partisan*, tr., Paris, Flammarion, 1992, p. 116.

³ Castelli, E., ‘Il futuro della Jünga pace’ in Asia Orientale? Asataria, C., ‘Cina e India: stabilità impossibile sen riforme’, ambos in Zambevaradi, L. & Andreotta, F., *Scenari di Transizione. La politica internazionale nel XXI secolo*, Il Mulino, 2012.

3.

Neste contexto, incluímos a realidade BRICS, enquanto organização internacional independente, visando a promoção da cooperação comercial, política e cultural, integrando pela primeira vez a África do Sul, cuja terceira cimeira realizada a 14 de Abril de 2011, na cidade de Sanya na província de Hainan, na China, contou com a presença não só da presidenta Dilma Rousseff, mas ainda dos seus principais líderes.

Note-se, a título de curiosidade, a simbologia do local da reunião em que o nome antigo de Sanya é Yezhou e que significa “o fim do céu e do oceano”, tendo sido além disso, aquando da Segunda Guerra Mundial, o porto de abrigo da Segunda Frota da Armada Imperial Japonesa. Nesse ano, na agenda dos cinco países em questão, os objectivos convergentes consistiram em: (1) a afirmação BRICS na arena internacional; (2) a necessidade de reforma do sistema monetário; (3) a dinamização comercial em moeda local, afastando o US\$ e o Euro; (4) a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, cujo desígnio consiste em apoiar financeiramente projetos relacionados com a criação de grandes infraestruturas.

Atualmente, de acordo com o embaixador Zhan Jun⁵, diretor geral do Departamento dos Assuntos Económicos Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, é possível considerar os BRICS como um novo paradigma de cooperação intergovernamental que procura abertura, inclusão e, sobretudo, um desenvolvimento comum, tendo na sua base ou ponto de partida a igualdade em nome de uma parceria genuína. Acresce o esforço de procura da paz, do desenvolvimento e da cooperação enquanto representação de uma força progressiva nas relações internacionais. Pretende-se que cada um dos BRICS consiga com eficácia uma cooperação pragmática para que se consiga manter uma economia global em equilíbrio, não descurando a necessidade de reforçar o conceito de democracia nas relações internacionais, em que cada Estado tem pretendido garantir a sua sobrevivência num mundo de governação global, onde se cruzam problemas sociais, instabilidade económica e financeira, para além do agravamento da diferença entre o mais rico e o mais pobre que promove, assim, a exclusão de seres humanos.

4.

Todavia, importa notar que os BRICS representam realidades disparees, de ao político, com contrastes marcantes, e, à medida que o tempo r avança, os seus líderes políticos continuam a caminhar delineando o interesse nacional através da definição de políticas de longo prazo permitam a erradicação da pobreza e a integração desses países internacional, tendo em perspetiva o reequilíbrio da ordem mundial reforma do sistema financeiro e monetário. Neste contraste os BRICS a uma ordem mundial de incertezas, consideram imperativa a trans da mensagem de esperança na economia global, para salvaguardar a capacidade internacional financeira sem sacrificar as economias mais Todavia, e como já foi referido, estes novos atores transportam as suas problemáticas próprias, onde se incluem contradições e dificuldades que permanecem imprevisíveis, o que levanta dúvidas sobre capacidade para introduzir no sistema internacional uma nova e coesa visão do mundo.⁶

5.

Além disso, apesar da disparidade verificada entre os BRICS, torna-se um: cia o lugar que ocupam geopoliticamente, sobretudo a projeção económica e política que os mesmos poderão vir a ter nos próximos anos e líderes globais. Na perspetiva de Laidi⁷ estes países funcionam como integrante da paisagem geopolítica global, cuja combinação é resultante de diferentes realidades culturais e civilizacionais. Considerar os BRICS por si só, não só a discussão em torno da mudança da ordem internacional mas também o possível declínio enquanto potência hegemónica de Unidos no quadro da política internacional.

Segundo Jyrki Käkönen⁸, a hipótese a formular face à possível mudança digna, ou tão-somente de reequilíbrio da presente ordem internacional implica a possibilidade de os BRICS conseguirem, por um lado,

⁵ Zhang Jun – “BRICS adds new dynamism to international relations”, Ministry of Foreign Affairs in < http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/11170274.shtml > acessado a 4/07/2016.

⁶ Sobre o caso asiático veja-se Fiammenghi, “Il declino della potenza americana e la transizione egemonica in Zambembarli, L. & Andriacata, F., *Scenari di Transizione La politica Internazionale nel XXI secolo*, Bologna, Il Mulino, 2011.

⁷ Laidi, Zaki – “The BRICS against the West?” in CERJ Strategy Papers, n.º 11, Hors Série, November 2011.

⁸ Käkönen, Jyrki – “BRICS as a new constellation in International Relations?”, IAMCR 2013, Conference D 25-29 June 2013.

a sua perspectiva da realidade e ter voz suficiente para que essa alteração tenha sucesso, ou, por outro lado, apenas conseguirem uma adaptação na ordem existente, apesar da aspiração e da vontade, por ausência de meios e de instrumentos suficientes. De acordo com a análise de Nazneen Barma,⁹ é possível que os BRICS tenham edificado uma nova ordem internacional alternativa pelo facto de terem gerado uma realidade de relações de ligação em rede através da combinação da sua capacidade de poder e, sobretudo, de projeção para a política internacional como verdadeira alternativa aos poderes dominantes. Em termos de presença na ONU, consideram-se os BRICS como grupo político com dois assentos permanentes no Conselho de Segurança, para além de um deles, a Rússia, ser herdeiro da União Soviética e seu protagonismo durante a Guerra Fria, que opunha o Pacto de Varsóvia à NATO. Um dos maiores problemas dos BRICS prender-se-á, de acordo com Christian Brüttsch¹⁰, com o seu potencial carácter antagónico ao pretenderem combinar a sua realidade com uma espécie de poder coletivo geopolítico. Aqui reside um ponto sensível desta nova aparente realidade: poderão transformar, enquanto bloco, o atual equilíbrio de poder, enfraquecendo os Estados Unidos? A União Europeia, não obstante entender e aceitar o papel decisivo dos BRICS, não tem demonstrado vontade de negociar com os mesmos como se fossem uma organização “formal” representada a uma só voz. Neste sentido, os BRICS reclamam o respeito pela independência, a unidade, a soberania e a integridade territorial de todos os Estados e nações, contestando o domínio da ordem liberal internacional, mantendo uma conceção que permanece neovestefaliana, embora a sua ação possua, pelas características inerentes a cada um e ao conjunto delas em todos, características que accentuam aquilo a que tem sido chamado um certo neomedievalismo global¹¹, precisamente por se tornar cada vez mais evidente que a governança global ainda não passa de uma conjectura.

6.

Podrá, em todo o caso, falar-se de uma visão conjunta dos BRICS? Aparenten parece fundar uma alternativa à ordem internacional, pretendendo que Estado soberano possa exercer de facto o seu poder em termos com apesar de a realidade vigente de interdependência e do enfraquecime papel político frente a novos entes de natureza financeira, que têm paulatinamente a governar de facto a sociedade no seu todo, gerindo sive crises com impacto da maior gravidade junto da sociedade civil na doméstica, como tem sido o caso de uma Europa cada vez mais enfraq em liderança e incapaz de projetar o seu papel no espectro global.

De entre os BRICS tem sido a Rússia a revelar-se o país de maior otimismo. em conjunto com o Brasil desenvolvido os seus propósitos geopo definindo o grupo como um importante sistema policêntrico das r internacionais num mundo multipolar. Assim, considera a Rússia o geopolítico dos BRICS como uma possibilidade aberta de desenvv sua política internacional e cultural, para além dos aspectos envo económicos e financeiros. Contudo, para a República Popular da C BRICS simbolizam o meio para aplicar a política externa em nome d Rota da Seda do presidente Xi Jinping, utilizando para o efeito uma internacional comum, o que é de difícil exequibilidade no moment Nestes termos, a problemática dos BRICS é, ainda, de aporetica teorizacã duas as razões fundamentais. Em primeiro lugar, constituem-se com relativamente inconsistente ainda, que introduz uma novidade for sistema internacional cuja natureza não mudam, não obstante os se pósitos de alteração da ordem internacional vigente. Ora, é bom re que esta ordem é, em si e por si, profundamente contraditória.

De um lado, pretende uma total abertura na circulação de bens; de outro, pretende encerrar em fronteiras a circulação de pessoas. Com isso, mecanismos e dinâmicas muito diversas, incluindo aquelas que, com Foucault, poderão permitir a autofundação de comunidades à marg saber e poderes dominantes, o que se deve notar em tempos de crise tórias¹², pois nestas dinâmicas históricas sempre se coloca, a prazo, o p do limes. Mas é um limes que se transforma num limar de algo nov condição “liminar” produz novas subjetividades, individuais e coletiva

⁹ Barma, Nazneen, Chioza, Giacomo, Kasher, Ely; Weber, Steve — “A world without the West? Empirical Patterns and Theoretical Implications,” *Chinese Journal of International Politics*, Vol. 2, 2009, pp. 525-544.

¹⁰ Brüttsch, Christian, Papa, Athach — “Deconstructing the BRICS: bargaining coalition, imagined community or geopolitical fact?,” *CRP Working Paper*, n.º 5, October 2012. Cambridge: Center for Rising Powers, Department of Politics and International Studies, University of Cambridge.

¹¹ Dussouy, G., *Les Théories de la Mondialité (Traité de Relations Internationales III)*, Paris, L'Harmattan, 2009, pp. 221 s.

¹² Sobre esta problemática cf. Bayart, J.-F., *Le Gouvernement du Monde. Une critique politique de la globalisation*, P. 2004.

Estados contêm internamente, mas que surgem igualmente no plano transnacional através das migrações maciças que, normalmente, salvo casos excepcionais como o que agora se coloca nas fronteiras europeias, são invisíveis para o Ocidente. E, aqui, os problemas são administrados, quer pela ação estratégico-diplomática, quer pela facticidade económica. Os BRICS não trazem, a este respeito, nenhuma alternativa que mude o critico presente.

Por outro lado, também os BRICS são entidades que se situam naquilo que ainda se pode designar pelo limiar de uma ideia de “Humanidade Unida”. Seguindo o pensamento de René-Jean Dupuy, pode-se sustentar que a lógica vestefaliana vigente no sistema internacional é dominada por uma lógica de embate direto entre as unidades políticas, a que Dupuy chamou o imperativo “relacional”¹³, fonte de confronto entre interesses divergentes que incluem a guerra no âmbito das relações internacionais. No entanto, a aprendizagem histórica introduziu outra lógica nas relações interestatais, o imperativo “institucional”, na medida em que a necessidade centrífuga de aquisição de bens, para além da estabilidade enquanto bem próprio que produz prosperidade, incitaram a uma relativa cooperação. E é no âmbito desta dialética, profundamente aberta, entre o relacional e o institucional que se desenrolam as relações atuais entre os poderes do mundo. De facto, estas duas esferas acabam por se interpenetrar, porquanto os Estados e poderes existentes transportam para a lógica institucional formas relacionais, assim como moderam as suas pulsões relacionais em nome dos benefícios previsíveis caso sigam lógicas institucionais. Esta “hibridação” é, naturalmente, contraditória, mesmo quando alinha com tenses segundo as quais a paz só é alcançável na condição de um “governo mundial”, já que os esforços levados a cabo pelas potências hegemónicas nesse sentido (e elas esforçam-se historicamente desde sempre nesse sentido) produzem um trilho infindável de guerras e conflitos, crises económicas e aumento do armamentismo. Neste sentido, os BRICS não trazem qualquer novidade. Também eles se inserem na lógica da correlação de forças que só pela sua expansão interfere sentido a si mesma, pois tal é esta a estranha condição política do mundo: o poder hegemónico só conhece a sua verdadeira lógica de expansão se criar os contrapoderes que lhe reconhecem a hegemonia¹⁴. Talvez os BRICS tenham, assim, atingido o ponto limite da sua função enquanto BRICS, assumindo, a partir daqui, outra natureza que poderá ser não menos interveniente, mas será sempre outra.

Referências

- ASIFARITA, C., “China e Índia: stabilità impossibile senza riforme ZAMBERNARDI, L. & ANDREATTA, F., *Scenari di Transizione. La p Internazionale nel XXI secolo*, BOLOGNA, IL MULINO, 2012.
- BARMA, NAAZNEEN; CHIOZA, GIACOMO; RATNER, ELY; WEBER, STI “A world without the West? Empirical Patterns and Theoretical Implica *Chinese Journal of International Politics*, VOL. 2, 2009, pp. 525-544.
- BAYARD, J.-F., *Le Gouvernement du Monde. Une critique politique de la globali PARIS, FAYARD, 2004.*
- BRÜTSCH, CHRISTIAN; PAPA, MIHAELA – “Deconstructing the E bargaining coalition, imagined community or geopolitical fad?” *The Working Paper*, n.º 5, October 2012. Cambridge: Center for Rising P Department of Politics and International Studies, University of Cambr
- CASTELLI, E., “Il futuro della ‘lunga pace’ in Asia Orientale”, in ZAMBERN L. & ANDREATTA, F., *Scenari di Transizione. La politica Internazionale r secolo*, BOLOGNA, IL MULINO, 2012.
- DUPUY, R.-J., *La Communauté Internationale entre le Mythe et l’Histoire*, Economica/UNESCO, 1986.
- DUSSOLY, G., *Les Théories de la Mondialité (Traité de Relations Internationales III)*, L’HARMATTAN, 2009. Fiammenghi, “Il declino della potenza americana transizione egemonica nel Pacifico”, in Zambenardi, L. & Andreatta, F., *di Transizione. La politica Internazionale nel XXI secolo*, Bologna, Il Mulino, 2
- FIORLI, J.-L., *O Poder Global*, São Paulo, Boitempo Ed., 2007.
- KÄKÖNEN, JYRKI – “BRICS as a new constellation in International Rela IAMCR 2013, Conference Dublin, 25-29 June 2013.
- LAIDI, ZAKI – “The BRICS against the West?”, *CERI Strategy Papers*, N.º 11 Série, November 2011.
- LEHEBVE, MAXIME, *Le Jeu du Droit et de la Puissance*, 4.ème éd., Paris, P.U.F

¹³ Dupuy, R.-J., *La Communauté Internationale entre le Mythe et l’Histoire*, Paris, Economica/UNESCO, 1986.

¹⁴ Fiorli, J.-L., *O Poder Global*, São Paulo, Boitempo Ed., 2007.

SCHMITT, C., *La Notion de Politique * Théorie du Partisan*, TR., Paris, Flammarion, 1992.

WALLERSTEIN, I., *Comprendre le monde. Introduction à l'analyse des systèmes-monde*, TR., Paris, La Découverte, 2009.

ZHANG JU – “BRICS adds new dynamism to international relations”, Ministry of Foreign Affairs in <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/t1170274.shtml> [acedido a 4/07/2016].



O OBSERVARE (Observatório de Relações Exteriores, centro de estudos em relações internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa) propôs a um conjunto de especialistas um programa transnacional de investigação para averiguar até que ponto o normal funcionamento das actividades sociais e económicas é suportado por garantias de segurança. Em tempos de fronteiras voláteis, de regionalização interestatal e de processos globalizadores nem sempre é claro se são necessários sistemas de segurança colectiva ou, achando-se necessários, como os organizar, como não é claro quais os agentes e quais os instrumentos dotados de condições para assegurar a base sólida onde assentem as dinâmicas sociais e o funcionamento dos mercados. Daí a equação que resume tais incertezas: espaços económicos e espaços de segurança. Na presente edição, ao longo de vinte e oito estudos (escritos em português, inglês, italiano e espanhol), este problema é analisado, esclarecendo os conceitos, identificando os espaços, considerando as organizações e observando os recursos.

Alexandre Carriço
Alexandre de Sousa Carvalho
Alice Bouman-Dentener
Álvaro de Vasconcelos
Ana Paula Brandão
Brígida Brito
Carlos Branco
Catarina de Albuquerque
Constantino Xavier
Daniele Scalea
Edoardo Boria
Enrico Mariutti
Fernando Jorge Cardoso
Filipe Vasconcelos Romão

Helena Salim de Castro
Heriberto Cairo Carou
Isabel Ferreira Nunes
Jaime Ferreira da Silva
Jerónimo Ríos Sierra
João Fernando Finazzi
Josefina Maestu
Luís Bernardino
Luís Moita
Luís Tomé
Luís Valença Pinto
Luzia Gimenez Cerioli
Marco António B. Martins
Maria João Seabra

Maria Raquel Freire
Mario G. Losano
Mateus Kowalski
Matteo Marconi
Paloma García-Picazo
Patrícia Galvão Teles
Priscila Villela Frascino
Rafael Calduch Cervera
Ricardo Real P. Sousa
Rodrigo Augusto D. Amaral
Silvério da Rocha-Cunha
Sofia José Santos
Vânia Carvalho Pinto
Viriato Soromenho-Marques

ISBN: 978-989-6192



9 789898 191779